

Nos próximos capítulos veremos como esse paradigma dos “impactos” do turismo foi sendo superado à medida que outros agentes passaram a ser reconhecidos como promotores de mudanças. Os mais importantes são os meios de comunicação de massa, mas as decisões políticas também ocupam um papel central. Ao mesmo tempo, o conceito de aculturação por meio do turismo cede lugar a outros conceitos como os de hibridação cultural, cosmopolitismo e reflexividade (Santos e Barretto 2006).

2

INFLUÊNCIAS OU EFEITOS DO TURISMO NAS CULTURAS RECEPTORAS: DISCUSSÕES CONTEMPORÂNEAS

A primeira das discussões contemporâneas é sobre o uso do termo “impacto” para definir a relação do turismo com as localidades turísticas, o que não quer dizer que o turismo não tenha nenhum papel. O turismo e os turistas provocam efeitos na cultura e na sociedade, exercem influências que têm repercussões de vários tipos. O conceito de impacto – “choque”, “marca profunda”, “impressão ou efeito muito forte” (Houaiss 2001, p. 240) – pressupõe um meio inerte que recebe os choques, as marcas ou as impressões sem dar respostas.

Quando se trata da sociedade, especificamente, o meio que recebe o choque é dinâmico e responsivo. A sociedade não é algo inerte (tampouco a natureza, mas não é este o foro de discussão). Portanto, parece melhor falar em “efeitos” ou “influências”. Por efeitos entendem-se consequências, e, por influências, ações e efeitos (Kapelusz 1994).

Brown (1998, p. 66) utiliza-os como sinônimos, definindo os impactos socioculturais do turismo como os efeitos nas pessoas, na sua qualidade de vida, em seus valores, costumes e crenças.

Mas, como visto no capítulo anterior, há pessoas que defendem que não se pode pensar numa relação causa-efeito, mas sim em relações

dialogicas entre turismo, sociedade emissora e receptora, percebe-se, assim, que, na atualidade, coexistem muitas visões sobre turismo e suas influências nos lugares visitados.

Por outro lado, os estudos realizados atualmente contribuem com a constatação de que, em determinadas circunstâncias, o turismo deixa um legado positivo, sobretudo na preservação de áreas históricas ou naturais para atrair turistas, assim como no enriquecimento do repertório de informações das comunidades visitadas. Esses pesquisadores podem ser alocados na denominada “plataforma de defesa”, que teve seus maiores expoentes na década de 1970 entre economistas e administradores de empresas de turismo, mas cada vez ganha mais adeptos nas fileiras dos que se dedicam à preservação do patrimônio, como antropólogos, historiadores e arquitetos, que viram que a utilização para fins turísticos pode aportar o capital necessário para restaurar e manter os bens tombados. Ao mesmo tempo, puderam constatar que algumas manifestações do patrimônio não material têm sido revalorizadas pela população autóctone a partir do interesse dos turistas por elas.

Tulik (1990, p. 68) cita os benefícios que Mathieson e Wall atribuem ao turismo, entre outros o estímulo à reabilitação de sítios históricos, construções e monumentos, e a revitalização de atividades tradicionais de áreas em declínio.

Murphy (1985), ao mesmo tempo em que reconhece que houve efeitos importantes nos costumes e no cotidiano de comunidades pequenas, provocados pelo turismo, afirma que o turismo bem planejado tem sustentado a conservação do patrimônio na Europa e provido o Canadá de meios econômicos para conservar muito do seu próprio patrimônio: “Um estudo realizado no Canadá revelou que 29% das despesas turísticas (...) têm a ver com a visita a lugares históricos e culturais. Essa quantia foi maior do que a soma de navegação, caça e ski” (p. 148).

Um caso paradigmático é o das comunidades indígenas da costa oeste daquele país, que adotaram estratégias para obter benefícios do turismo cultural com o mínimo de fricções possível – e pode-se dizer que em duas décadas conseguiram fazer escola na autogestão local do turismo indígena. O envolvimento dos líderes comunitários no turismo visa, prioritariamente, reduzir as desigualdades entre as reservas, e em

nenhum momento transformou-se em comercialização da cultura indígena. Trata-se de uma apresentação daqueles elementos da cultura que os turistas querem ver, só que trabalhados de uma forma que derrube preconceitos e ideias preconcebidas sobre os povos nativos. Em 20 anos, os aborígenes canadenses têm conseguido mostrar-se aos visitantes da forma como eles são e conseguiram revitalizar artes e ofícios antes desprezados, assim como recuperar o orgulho das suas tradições e a comunicação entre as tribos e entre as gerações. O turismo é para eles uma nova forma de expressão econômica e cultural, e sua inserção nessa atividade é profissional, com a criação de museus administrados pelos indígenas, operadores turísticos indígenas, produtos artísticos e equipamentos turísticos administrados por indígenas e centros culturais onde se mostra a dinâmica da cultura aborígene.

O turista liberal que busca contatos étnicos e está preparado para avançar em suas imagens de “indigenismo” deve aceitar a diversidade e a mudança cultural. (...) Na atualidade, o turismo cultural, mesmo que seu foco seja manter tradições passadas, ajuda, indiretamente, a cumprir as metas de recuperação e afirmação cultural. (...) As comunidades têm orgulho de ter novos equipamentos, oportunidades de emprego e de capacitação. (...) As diferenças entre gerações diminuem quando voluntários jovens trabalham com os mais velhos que estão recuperando tradições e habilidades que em algum momento foram negadas. (...) O turismo não precisa proibir a integridade cultural nem se transformar em servilismo. (Norris Nicholson 1997, p. 128)

O exemplo das comunidades indígenas do Canadá é paradigmático de uma aliança de sucesso entre turismo e cultura, que beneficia as culturas autóctones e enriquece os visitantes. De acordo com Norris Nicholson (*idem*, p. 199), o turismo indígena surge como uma amálgama de vários tipos de turismo que foram aparecendo antes e durante o século XX: o que ela denomina turismo colonial, que poderia ser equivalente ao turismo científico – dado que implica o interesse institucional por conhecer e explorar o novo território –, o turismo ao ar livre, a fruição das paisagens, o turismo de interesses especiais, o de aventura e o ecoturismo – estes três surgidos nas últimas décadas.

O que caracteriza esse turismo é que, por meio dele, se oferecem diferentes graus de integração com a experiência cultural aos diferentes tipos de turistas, e que a cultura indígena não está restrita a mostras de arte e artesanato, mas inclui a gestão. A experiência cultural é a de estar num meio onde o passado histórico e as tradições convivem com os modos de produção do presente, onde a cultura indígena, em sentido amplo, convive com a cultura “branca” ou “ocidental”, mas não de uma forma subordinada, na qual os indígenas são “atrações”, e sim no contexto de uma integração horizontal. Trata-se de encontros culturais nos quais a população autóctone administra os meios de produção e adquire os elementos que lhe interessam de outra cultura, para redefinir sua identidade, com consequências positivas diretas e indiretas para sua sociedade que, de certa forma, compensam as negativas, inegavelmente acarretadas pelo processo de turistificação. Isso porque, “(...) quando as tradições, a linguagem, os conhecimentos e habilidades são suprimidos e, não raro, praticamente perdidos, a recuperação cultural assume uma importância simbólica” (Norris Nicholson 1997, p. 127).

O que acontece com os grupos indígenas do Canadá não demonstra apenas que o turismo não precisa “necessariamente substituir cultura”, mas que pode contribuir tanto para recuperar tradições quanto para incorporar novas formas de cultura e tecnologia que permitam a autoafirmação, mesmo que seja em detrimento das expectativas dos turistas de ver “povos primitivos” nos seus *tepees*.

Atualmente, o turismo com base cultural (...) indiretamente ajuda a cumprir as metas de recuperação e afirmação cultural (...). As comunidades têm orgulho das novas instalações, das oportunidades de emprego e capacitação (...). O profissionalismo de um entalhador em madeira ou um gerente de negócio local dá um sentido moderno à distinção cultural. (*Idem*, p. 128)

Algo similar aconteceu com os esquimós, conforme o relato de Smith (1989). Os turistas iam à procura dos *inuit* da literatura e do cinema; um modo de vida que não existe mais. Com a criação de centros interpretativos e museus, os esquimós conseguiram mostrar o passado e o presente da sua

cultura aos visitantes e o interesse destes últimos teve um efeito positivo na recuperação de várias formas de arte e artesanato, em contraposição ao efeito negativo de outras formas de intervenção na sociedade esquimó que, ao contrário, haviam conduzido à depreciação da autoestima dessa etnia.

Indiretamente o turismo de massas (...) contribuiu para o renascimento da cultura esquimó (...). Isto reafirma o sentimento de auto-estima étnico que tinha sido erodido a princípio deste século [XX] pelos missionários e agentes de saúde e educação no seu esforço para aliviar os então urgentes problemas de doença, fome e acidentes que faziam parte da cultura esquimó (...) o número de artesanatos duplicou-se, o de entalhadores de marfim triplicou-se (...) muitos entalhadores são jovens porque o ofício é ensinado na escola. (Smith 1989, p. 78)

Um caso semelhante foi detectado em Bali, onde um dos efeitos do turismo foi a retomada de danças e manifestações artísticas tradicionais, a tal ponto que a valorização da cultura local por parte dos turistas tornou-se constitutiva da identidade dos jovens balineses. Abriram-se centros culturais nos quais a qualidade da produção artística apresentada é cuidada e a população local coloca limites nos aspectos da cultura que podem ser turistificados, o que mais adiante será explicado à luz das teorias da reflexividade. “Professores verificam a qualidade das representações artísticas e evitam que grupos mal treinados se apresentem; também proibiram a venda de ingressos para determinadas atividades, como as ‘cremações’” (McKean 1989, p. 132).

Chambers (2000, p. 114) apresenta uma visão bastante equilibrada dos diversos efeitos que o turismo pode ter em relação à cultura material, reconhecendo que, em alguns casos, ele contribui para a revitalização e, em outros, para a perda do valor cultural em decorrência da descontextualização. Chambers entende que são poucos os casos em que se pode comprovar que o turismo é o maior vilão na perda de tradições e que a possibilidade de comprar roupas baratas é responsável em maior medida por essa perda. No caso dos indígenas do Canadá e dos Estados Unidos, o autor verifica que houve revitalização das artes e do artesanato: “(...) o interesse dos turistas ajudou a revitalizar artes e artesanato tradicionais e quem sabe melhorar a

qualidade da produção. Isto é verdade (...) para muitos dos objetos da cultura material, tais como jóias e cerâmica, produzidos pelos índios do sudoeste dos Estados Unidos” (p. 112).

Autores que no início dos anos 1970 entendiam que o turismo ocasionava impactos na sociedade verificaram em campo que os efeitos não eram tão grandes quanto se pensava, sobretudo se comparados com os ocasionados por outros agentes sociais. Pi-Sunyer (1989) relata que pesquisas realizadas na Costa Brava (Espanha) apontam que os habitantes das cidades entendem que eles, sim, podem influenciar o turismo, e não o contrário. Cita um exemplo de como há outras atividades consideradas muito mais invasivas pela população local, relatando o acontecido quando uma supersaíra de anchovas trouxe cerca de 800 pescadores ao local, que deixaram o mar sujo, apunhalaram um turista e ocasionaram tanto transtorno que a população acabou distribuindo panfletos contra sua presença no porto. A notícia chegou até os jornais de Barcelona. “Aos olhos da população local essa incursão massiva (...) pareceu um verdadeiro perigo para a habitabilidade, o bem-estar e as boas relações com os turistas” (p. 197).

Isso não quer dizer que a forma de enxergar o turismo tenha mudado radicalmente a ponto de não se reconhecer nenhuma influência negativa na sociedade. Às vezes, não é exatamente o turismo que ocasiona problemas, mas seus atrativos, como no caso dos cassinos. Nos lugares onde foram instalados cassinos como atrativo turístico (algo muito comum na região central dos Estados Unidos, em reservas indígenas inclusive) houve problemas com a população local que adquiriu o vício do jogo (Hyland 1997, p. 157). Esse vício pode levar a delitos menores, como apropriação de dinheiro cuja guarda foi confiada,¹ ou a problemas maiores.

Analisando o desenvolvimento do turismo nos países que obtiveram sua independência depois da Segunda Guerra Mundial, Smith (2001c, p. 108) afirma que “as influências do colonialismo e a subsequente importância dos meios de comunicação superaram em muito os efeitos do turismo nas mudanças econômicas e sociais”, e faz um balanço entre os custos e benefícios do turismo. No que se refere às questões socioculturais, identifica

1. Evidência empírica.

aspectos positivos, como ampliação das perspectivas sociais, preservação dos laços familiares, mobilidade social ascendente, valorização do legado cultural e da identidade étnica, estímulo às manifestações folclóricas e criação de museus. É interessante ver que, na década de 1980, algumas pesquisas, ao contrário, culpavam o turismo pela destruição de laços familiares, dada a mudança de valores provocada pelos visitantes. Como aspectos negativos, a autora identifica o que chama de “cocacolonização”, ou seja, o mimetismo cultural obedecendo ao modelo dos Estados Unidos, a perda da identidade cultural diante do global (o que parece contraditório, já que anteriormente colocara que o turismo traz como benefício a valorização da identidade; no entanto, mais adiante veremos que se trata de um processo dialógico), a “coisificação” dos turistas, a deterioração dos lugares históricos por excesso de visitação, a comercialização da cultura e o desrespeito aos direitos de propriedade intelectual. Há também aqui uma mudança importante em relação às discussões do final do século XX, no que diz respeito aos turistas. Se, no passado, eram sempre vistos como vilões e as populações locais como vítimas, a crítica de Smith de que os turistas são vistos como “coisas” traz à baila o problema de como eles são, às vezes, (mal) tratados pela população local, que os enxerga apenas como portadores de dinheiro do qual querem se apossar por qualquer meio, seja vendendo alguma coisa, prestando um serviço, pedindo esmola ou roubando. Em muitos casos, a “coisificação” do turista acontece mediante a prestação de um serviço de má qualidade pelo qual se cobra muito caro.

Estudos realizados em comunidades islâmicas na Turquia (Van Broeck 2001) ou na África Ocidental (Diagne 2004) revelam o mesmo fenômeno de ruptura familiar e perda de valores culturais e sociais encontrado na década de 1970. A cultura da solidariedade, do intercâmbio e da hospitalidade deu lugar a relações comerciais; a religião deixou de ter tanta influência sobre o comportamento das mulheres, fundamentalmente na vestimenta, e a alimentação foi aos poucos se ocidentalizando. A diferença entre esses estudos e as pesquisas da década de 1970 é que Van Broeck e Diagne, quando entrevistaram as populações locais, descobriram que elas enxergam as mudanças como positivas e que o turismo é apenas um entre vários agentes de influência, juntamente com as migrações, os meios de comunicação de massa, os contatos comerciais, a urbanização, a industrialização e o próprio

sistema educativo (Van Broeck 2001, p. 172); essas populações enxergam como positiva a independência das mulheres e, em alguns casos, relatam que o turismo impediu que seus filhos migrassem para cidades maiores; portanto, em lugar de ser um fator de ruptura, o turismo tem sido visto como um fator de coesão familiar.

Os estudos de Dogan (1989) também demonstram a dualidade dos efeitos do turismo. Esse pesquisador compila uma série de estudos de regiões que tinham sido antes colocadas como exemplo do dano ocasionado pelo turismo, afirmando que ele também trouxe maior democracia na área política (o que será posteriormente endossado por Brown 1998), modernização e orgulho étnico, entre outras coisas.

As mudanças na visão que se tinha do turismo em relação à cultura também estão relacionadas à atual crise de paradigmas deste início de século. As certezas, os valores familiares, os ideais políticos estão se desintegrando, o que leva as pessoas a tentar buscar exemplos em culturas que se mantêm com valores, tradições e identidades pretéritos. Isso tem levado a que muitos viajantes contemporâneos, ao contrário dos turistas dos anos 1950, desejem saber como vive esse “outro”, numa busca por uma espécie de paraíso perdido com o desmoronamento da ética que marca o tempo presente.

Essa busca por parte de certo tipo de turistas, que não se enquadram no padrão das massas, levou a que muitas comunidades se organizassem para oferecer um produto turístico que mantivesse ou revivesse características autóctones, fazendo com que o turismo, que antes era visto como destruidor de culturas, passasse a ser visto como impulsor de sua revitalização.

Assim como em Bali, no Canadá ou no Alaska, acontece um olhar diferente sobre o turismo na experiência dos índios pataxós do nordeste do Brasil, uma “sociedade indígena que ampliou seu patrimônio sociocultural através de uma trajetória de etnodesenvolvimento contextualizado numa arena turística” (Grünnewald 2002a, p. 206); para os pataxós, o turismo serviu para reinventar e revitalizar a produção artesanal, assim como ampliar o mercado para produtos nativos (Grünnewald 2002c, p. 7). Outro exemplo são os *cherokee* estudados por Duggan (1997, p. 48), que, com a associação Mutual Qualla de Artes e Ofícios, conseguiram criar padrões de autenticidade que mantêm viva uma tradição artesanal de 400 anos, com estratégias adaptativas que lhes permitem controlar os benefícios do turismo.

Até a metade do século XX, os pataxós tinham enfrentado inúmeros conflitos pelas terras; a partir do momento em que conseguiram inserção no movimento turístico provocado pelo fato de habitarem o local da “descoberta” do Brasil, reorganizaram sua economia, recuperaram suas tradições e até seu idioma, criando inclusive um projeto de turismo ecológico numa reserva florestal, onde as visitas são acompanhadas por guias indígenas que contam sua história e mostram como se relacionar com a natureza de forma harmoniosa. Trata-se de um projeto da própria sociedade indígena, que soube lutar contra os inconvenientes e aproveitar as (escassas) oportunidades oferecidas pelo Estado. Ao mesmo tempo, os indígenas – assim como os balineses anteriormente mencionados – souberam manter sua privacidade, reservando espaços onde os não índios não podem entrar, onde os pataxós rezam e realizam suas cerimônias sagradas (Grünnewald 2002a).

O turismo não agiu como fator degradante da cultura. Pelo contrário, fornece aos pataxós um *status* diferenciado dentro da região. O turismo estimula (...) uma nova produção cultural instrumental (...) Os pataxós emergem na cena não como nativos aculturados (...) mas como sujeitos criativos e inventivos que podem gerar sua própria cultura a partir de elementos selecionados de origens variadas [o que constitui] um processo criativo desenvolvido e articulado pelos pataxós contra a “cultura branca” dominante representada pela *baianidade* hegemônica. (Grünnewald 2002b, p. 1.011)

Os índios zunis não permitem o ingresso de estranhos no seu povoado; vendem sua prataria aos turistas por meio de uma cooperativa estabelecida na entrada do local (Smith 2001c, p. 113). Os nativos do rio Sepik, em Papua-Nova Guiné, fabricam artesanato para turistas tomando como base certos aspectos estéticos dos objetos rituais; no entanto, modificam-nos de forma quase imperceptível aos olhos dos estrangeiros e em hipótese alguma vendem aqueles artigos que, de acordo com sua crença, não podem ser vistos por mulheres (Meethan 2003, p. 21).

Os monges tibetanos conseguiram reconstruir e manter templos graças ao turismo religioso. Este, por sua vez, devolveu a dignidade a populações

tradicionais da região do Himalaia (Shackley 1999, p. 108), apesar de, inicialmente, algumas peças de arte sacra terem sido roubadas dos templos e de o turismo ter agido como catalisador da ocidentalização desses países (*idem*, p. 100).

Na atualidade já não parece caber a discussão – muito comum na década de 1970 – de se o turismo é uma bênção ou uma maldição. Do ponto de vista econômico, sem dúvida foi uma bênção para muitas pessoas que viviam de forma miserável e que, com o advento do turismo, puderam ter alguma oportunidade de trabalho, mesmo que mal remuneradas. Do ponto de vista da cultura e da sociedade, sem dúvida muitos aspectos mudaram, mudanças essas que podem ser positivas ou negativas dependendo das circunstâncias e do contexto.

Um caso emblemático dessas contradições é o estudo realizado por Pi-Sunyer, Thomas e Daltabuit (2001) nas comunidades maias do estado de Quintana Roo, no México, local onde aconteceram muitas mudanças contra as quais a comunidade local pouco ou nada pôde fazer, entre elas a instalação de *resorts* turísticos. O contato com a cultura capitalista levou os maias a dar à propriedade privada uma dimensão que esta nunca tivera. As terras eram comunais e quem tinha terras próprias era considerado egoísta. Na atualidade, a ideia da propriedade privada tem-se disseminado, inclusive com o apoio da ideologia religiosa. Se a pessoa pode ter comunicação exclusiva com um deus, também pode ter exclusividade sobre um pedaço de terra. Surgiu também uma nova classe burguesa ligada aos negócios turísticos que se afasta econômica e culturalmente do resto da população. O turismo introduziu, juntamente com os meios de comunicação, a cultura do consumo, roupas da “cultura branca”, alimentos conservados que levam à deterioração da dieta e também medicamentos fabricados que substituem as medicinas tradicionais dos curandeiros: “Estes mundos se misturam: os turistas os consomem e o consumo é valorizado na televisão” (Pi-Sunyer, Thomas e Daltabuit 2001, p. 137).

Várias conclusões dessa pesquisa mostram os novos enfoques contemporâneos sobre a aculturação por turismo. Em primeiro lugar, ficou claro que, apesar da nostalgia presente nos discursos, da pouca remuneração e da exploração trabalhista, os entrevistados preferem o estado atual das coisas com o turismo a retornar à fase anterior da agricultura de subsistência.

Os pesquisadores perceberam também – e isso é uma inovação em relação à literatura de 20 anos atrás – que o turismo não é o único fator de aculturação, e, finalmente, que as reações têm variado de acordo com os interesses de cada grupo, visto que tampouco a sociedade maia pode ser idealizada. Há, como em toda sociedade, tensões entre gerações, entre gêneros, entre diferentes posições sociais e outras, e não um grupo homogêneo de “bons selvagens” como parecia estar sugerido nos primeiros estudos sobre o tema. Mesmo entre os bosquímanos, que constituem um grupo humano consideravelmente unido e isolado, a ponto de ter sido escolhido por Richard Léakey (1980) para interpretar vestígios arqueológicos pré-históricos, há diversidade de opiniões sobre a presença de turistas na região; alguns não os aceitam de forma nenhuma, enquanto outros estão dispostos a suportá-los em troca de dinheiro (Hitchcock 1997).

Trabalhos realizados em Florianópolis (SC) revelam algo semelhante. Para alguns entrevistados, as mudanças produzidas pelo turismo foram boas, porque os hotéis oferecem postos de trabalho para “os jovens”; para outros, são ruins porque “os jovens” passam a roubar para poder se vestir como os filhos dos turistas (Silva 2001).

Outros estudos na mesma ilha mostram que passar de proprietário de meios de produção a empregado não tem sido um grande problema para algumas pessoas. Lago comenta que, como antropóloga, ficou surpresa ao encontrar pessoas que, tendo sido donas de meios de produção, como rede de pesca e campos para cultivar, procuravam emprego como caseiras em casas de veraneio. Também encontrou uma professora aposentada e outras pessoas de relativo *status* na comunidade que faziam esse tipo de trabalho. Não obstante, aprofundando-se na etnografia da região, ela pôde entender que, para essas pessoas, o mais importante era a relação de compadrio que se estabelecia com os turistas de veraneio, visto que esta lhes permitia outras conquistas sociais: “O morador se sente mais protegido se tem um relacionamento, mesmo que subalterno, com pessoas bem situadas econômica e politicamente” (1983, p. 92).

Entre continuar lutando para viver da pesca artesanal, atividade sacrificada que, a partir dos anos 1960, quando a pesca industrial passou a predominar, deixou de ser rendosa, e ser caseiro de uma família de turistas de segunda residência, ou garçom de um restaurante durante a temporada,

muita gente prefere a segunda opção (Lago 1983; 1996; Ouriques 1998; Silva 2001). A mesma coisa afirma Aramberri (2001, p. 272), com os exemplos de jovens do Mediterrâneo que preferem ser vendedores ambulantes em vez de arar o dia inteiro sob o sol ou mergulhar para buscar pérolas ou, ainda, sair “no mar grosso numa canoa rudimentar para retornar com um punhado de pescado”. Também Nogués-Pedregal (1996, p. 61) comenta como, na região de Cádiz (Espanha), as leis ultramarinas levaram à diminuição da pesca, e a alternativa dos pescadores foi trabalhar como jardineiros nas mansões dos veranistas. Exemplos desse tipo podem ser encontrados nos estudos sobre as populações pesqueiras dos cinco continentes.

A respeito de o turismo não ser o único fator de aculturação, essa afirmação aparece em vários artigos de Valene Smith. Na introdução de *Hosts and guests*, há quase 20 anos, a autora comenta que uma pessoa que entrevistou na Indonésia disse: “O turismo não é importante nas nossas vidas. Assistimos ao mundo pela televisão todas as noites” (p. 9). Ela reconhece que há certos problemas que se agudizam com o turismo, como consumo de drogas, homossexualidade entre os jovens e alcoolismo, mas que não são necessariamente “ocasionados” pelo turismo. A mesma autora afirma que, nas Filipinas, a rádio e a televisão em inglês foram mais determinantes na aquisição da linguagem e dos hábitos europeus (Smith 2001b).

No caso da Tailândia, por exemplo, as bases militares foram precursoras do que hoje se conhece como turismo sexual. De acordo com Bem (2001), os prostíbulos e similares foram legalizados por meio do *Entertainment Act* de 1966 e utilizados para o programa de recreação e descanso (*Recreation & Rest Programme*) dos soldados. Terminada a guerra do Vietnã, foi necessário achar outros consumidores, e tiveram início os *tourists* masculinos com motivação exclusivamente determinada.

Com o fim da guerra do Vietnã, em 1975, a indústria sexual já estava tão solidamente estabelecida na Tailândia, (...) que o futuro de milhares de pessoas, cuja sobrevivência era até então garantida pela entrada dos *dólares de guerra*, passou a ser seriamente ameaçado. Com os esforços do governo tailandês em transformar o país em um paraíso para o turismo internacional, pode-se imaginar para qual espécie de prazeres as 500.000 prostitutas até então existentes

estavam predestinadas. Não durou muito para que Bangkok se transformasse no bordel asiático por excelência. Assim, os retirantes soldados americanos passaram a ser substituídos por uma clientela potencialmente oriunda do Japão e dos países ocidentais europeus (...). (Bem 2001, p. 97)

Uma imagem muito utilizada por vários pesquisadores foi a criada por Wood (*apud* Dogan 1989, p. 221) para expressar sua discordância com a corrente daquelas décadas, que via as culturas receptoras como elementos estáticos que recebiam os golpes. Não se trata, dizia Wood, de uma mesa de sinuca onde a bola que corre é o turismo e as que estão estáticas, a cultura.

Começava, com essas discussões, a tomar forma a ideia de que o turismo, como qualquer outra atividade, tem lados positivos e negativos segundo determinadas condições históricas e sociais.

Ao mesmo tempo, começava a ser percebido que, se o turismo é uma bola de sinuca, há muitos fatores que agem como taco. O turismo produz efeitos, sim, mas ao mesmo tempo é afetado por outros fatores que condicionam o tipo e a forma desses efeitos. A mesma coisa acontece com os turistas, que também recebem a influência da cultura visitada, que de alguma forma levam para seus países de origem, como, por exemplo, a atual onda de enoturismo na Inglaterra, que começou quando turistas ingleses visitaram roteiros de enoturismo na França (Brown 1998, p. 74).

Brown (1998) foi uma das primeiras pessoas que insistiram na relação do turismo com outras esferas da vida pública e privada e na necessidade de repensar a dicotomia bênção/maldição. Brown relata a experiência de Tucker numa aldeia da Turquia, onde “há televisão em quase todos os lares” (p. 68) e as pessoas são mais influenciadas pela propaganda de sabonete do que por um punhado de turistas que passam pela porta da sua casa todos os dias, como encontrou Smith em Bali. Assim como ela, Brown reconhece uma série de benefícios e uma série de inconvenientes em todas as esferas, econômica, ambiental, social, política, citando exemplos de prostituição como consequência do turismo, mas exemplos da contribuição do turismo para a liberação cultural e econômica de algumas mulheres; exemplos de aumento da criminalidade em virtude do turismo, mas casos em que o

turismo, oferecendo oportunidades de trabalho – mesmo que temporário e mal remunerado – aos jovens, evita que eles se vinculem ao crime; casos em que o turismo esteve fortemente vinculado com ditaduras, mas também, por exemplo, o caso da Espanha, em que o turismo influenciou positivamente na rápida transição à democracia após a morte de Francisco Franco.

Como já haviam feito outros pesquisadores, Brown demonstra que as inovações provocadas pelo turismo não são exclusivas do turismo e que podem ser boas ou ruins, de acordo com as condicionantes históricas e políticas dos países receptores: “(...) a propensão do turismo em gerar impactos bons ou ruins depende em grande medida de quem vai para onde e dos fatores – econômicos, políticos e culturais – que influenciam as decisões tomadas no destino” (1998, p. 78).

Na atualidade, praticamente não há discussão a respeito desse assunto, e os efeitos podem ser sistematizados, como fez Smith (2001b), sempre de acordo com o tipo de turismo e de turistas.

Num dos estudos mais exaustivos sobre o tema, Haley, Snaith e Miller (2005, p. 656) sistematizaram os efeitos positivos e os negativos, tomando como exemplo o caso da cidade histórica de Bath, na Inglaterra. Entre os positivos, colocaram que o turismo melhora a aparência da cidade, que a maior quantidade de turistas melhora a economia, que o turismo aumenta as possibilidades de recreação, melhora a qualidade de vida, proporciona a possibilidade de obter um bom emprego. Entre os negativos, que os negócios turísticos têm muita influência na política, que falta controle do governo sobre o turismo, que o turismo ocasiona danos ambientais, aumenta os impostos, gera mais lixo, complica o trânsito, aumenta o preço dos imóveis, reduz a qualidade do lazer ao ar livre, aumenta a criminalidade. As premissas da pesquisa eram provenientes de outros estudos e nem todas foram comprovadas na que foi realizada pelos autores. É interessante notar que, por um lado, parece que o turismo propicia mais oportunidades de recreação e, por outro lado, que o turismo deteriora a qualidade da recreação, o que reforça a ideia de que os efeitos do turismo são extremamente dependentes das circunstâncias.

Também está bastante claro para os pesquisadores que diferentes tipos de turistas ocasionam diferentes interferências, o que reforça a ênfase

dada na atualidade às questões da diversidade cultural, desta vez aplicada aos turistas, que tampouco são seres genéricos uniformes.

Uma das pesquisas mais completas e científicas sobre o tema foi realizada por Stoeckle, Greiner e Mayocchi (2006) no norte da Austrália e confirma que diferentes tipos de visitantes têm diferentes impactos econômicos, ambientais e culturais, porque cada segmento se comporta de modo diferente, contribui de forma diferente com o lugar e obtém deste diferentes satisfações.

Levar em conta a diversidade cultural dos turistas leva à segmentação dos mercados, que permitiu o surgimento de formas novas de turismo que, ao contrário do que mostra a literatura dos anos 1970, trouxeram efeitos positivos, como, por exemplo, a revitalização de lugares históricos e de tradições, tema sobre o qual voltaremos no capítulo 5.

Também se constata na literatura das últimas décadas que os turistas já não são nem tão manipuláveis nem tão alienados como se pensava em anos anteriores, e que sua presença não é tão imperialista quanto se acreditava (Nash 1989 e 1996), dado que eles também levam para casa influências culturais do lugar visitado (Dogan 1989). Também se especula que o turismo pode resgatar seu papel como instância educativa da sociedade, como foi nos séculos XVII e XVIII, durante o auge do *Grand Tour* (Urry 1993; Barretto 1998), graças a *travels* eminentemente culturais (arqueológicos, teatrais etc.) e ao papel desempenhado pelos museus, fundamentalmente na Europa e nos Estados Unidos.

Este último tipo de estudo – denominado por Jafari (1994 e 2001) de “plataforma do conhecimento” –, que focaliza os sujeitos protagonistas e a relação entre eles, é o que menos se tem desenvolvido e o que a ciência social deve propiciar, não somente para construir um saber acadêmico puro, mas também para contribuir com o planejamento do turismo em benefício de toda a sociedade, inclusive dos turistas, que, de acordo com as tendências mais comuns no mundo acadêmico, são os grandes vilões da história (predadores, desordeiros, invasores, pedófilos etc.).²

2. Há turistas que correspondem a essa descrição, mas é provável que a maior parte dos turistas procure apenas descansar e passar bons momentos com sua família ou amigos.

As discussões contemporâneas vinculando cultura e turismo incorporaram novos conceitos aos de aculturação e impacto. Reflexividade, diálogo, cosmopolitismo, hibridismo cultural e limites aceitáveis de mudança são alguns.

A reflexividade é, por definição, uma resposta consciente aos estímulos; implica uma eleição. Esse conceito, desenvolvido por Beck e por Giddens com sutis diferenças, refere-se, de um modo geral, à possibilidade de revisão permanente de todo conhecimento. “Na modernidade, a reflexividade refere-se a que a maioria das atividades sociais e das relações materiais com a natureza são suscetíveis de permanente revisão em face de novas informações e conhecimentos” (Giddens 1991, p. 20).

Para Giddens, existem mecanismos que permitem um distanciamento no tempo e no espaço, o que proporciona que as relações sociais se desencaixem da sociedade tradicional imediata. Mediante esse processo, as pessoas reelaboram elementos da cultura local, negociando-os com a cultura mundial trazida pelos turistas, sem se fechar nas tradições, mas também sem se deixar seduzir totalmente pela globalização, o que fica bastante evidenciado pelas diferentes respostas dadas por diferentes sociedades à presença de forasteiros.

Outro conceito que pode contribuir para a compreensão dos processos de mudança cultural que acompanham as relações entre turistas e populações visitadas é o de diálogo, modo de pensar o mundo que destaca a importância dos processos, das relações, das dinâmicas, a complexidade e as contradições. Em lugar de ver o mundo pautado pela relação causa-efeito, como na teoria dos impactos, a abordagem dialógica enxerga os fenômenos sociais por uma reciprocidade constante de conceitos, estruturas, agentes e políticas. Ao mesmo tempo, não apresenta uma visão romântica de integração, mas vê o mundo como algo negociado (Ooi 2002, p. 47) mediante um processo de compreensão responsiva.

Temos também o conceito de cosmopolitismo, desenvolvido por Hannerz com base em Merton, que contribui também para a superação da teoria da aculturação por turismo. É um processo do qual há muitas pessoas excluídas (Bauman 2005, p. 13), mas trata-se de uma habilidade dos indivíduos para se interessarem pela coexistência com outras culturas, para

tentarem entender os códigos culturais e refletir sobre eles; essa habilidade permite que as pessoas construam suas identidades por oposição às outras, o que não está necessariamente acompanhado de aculturação: “O cosmopolita pode abraçar a cultura estrangeira, mas não precisa comprometer-se com ela. Sempre sabe a saída” (Hannerz 1995, p. 240).

O conceito de culturas híbridas tem sua origem em teorias raciais atualmente em desuso, para definir mestiçagem ou cruzamento. Foi retomado por García Canclini (1990) para explicar o processo histórico pelo qual a cultura é reinterpretada na América Latina, onde modernidade e tradição se articulam de forma complexa. “Um continente heterogêneo formado por países onde (...) coexistem múltiplas lógicas de desenvolvimento” (p. 23).

Referindo-se às culturas pós-coloniais, Bhabha (2002, p. 213) acrescenta ao conceito de hibridação cultural o de “traducionalidade” e “deslocamento cultural”. Numa tentativa de afastar-se da teoria da dependência, esse autor propõe que as culturas que se encontram não ficam subordinadas, que há mediações e traduções que resultam num processo de construção de uma nova cultura, com mudança de significado.

A hibridação como resultado do turismo não é algo totalmente aceito. Meethan (2003) coloca como objeção que não se pode dizer que o turismo provoca hibridação cultural, dado que todas as culturas são híbridas, e Sansi (2005, p. 267) vai mais além, recorrendo ao conceito de mimese, processo pelo qual a identidade do outro é incorporada como própria. Há influências e adaptações que constituem uma mediação na qual há intercâmbio de valores, assim como apropriação e transformação desses mesmos valores, e, para comprovar isso, o autor cita o exemplo da cultura afro-brasileira na cidade de Salvador (BA): “Estes intercâmbios acontecem no nível pessoal, criando relações entre artistas primitivos, instituições e turistas, os artistas e seu público, relações que transformam as identidades destes atores sociais” (p. 267).

Já o conceito de limite aceitável de mudança foi proposto pela primeira vez por Sydney Frissel em 1963, nos Estados Unidos; ele afirmava que, por ser necessário permitir o uso dos Parques Nacionais para recreação, era inevitável que eles se deteriorassem, o que devia ser aceito, mas era preciso colocar um limite aos impactos que poderiam ser tolerados (Cole

e Stankey 1998, p. 6). Esse conceito representa um avanço em relação ao de capacidade de carga, usado a partir de 1930, pois inclui outras variáveis além da quantidade de visitantes, como o modo de viajar, o tamanho dos grupos, o comportamento, o tempo de permanência, assim como a forma de administração do espaço. Aplicado à cultura, refere-se às mudanças que podem ser aceitáveis em uma sociedade, sem que isso signifique perdas substanciais na identidade, tema ao qual voltaremos nos próximos capítulos.

3

RELAÇÃO ENTRE VISITANTES E VISITADOS

A partir do começo do turismo de massas contemporâneo, que pode situar-se ao redor de 1950, depois da Segunda Guerra Mundial, muitos governos e organizações internacionais colocaram no turismo suas expectativas, não apenas no terreno econômico, mas também de que fosse um motor de intercâmbio cultural e entendimento entre os povos.

Esperava-se – e discursava-se – que o turismo promoveria o intercâmbio cultural entre visitantes e visitados, o conhecimento do outro, a consciência da alteridade e, como consequência, a paz mundial. A maior difusora dessa ideia foi a Organização Mundial do Turismo, por meio de afirmações de um dos primeiros teóricos de economia turística do mundo, W. Hunziker, que entendia que o turismo era um instrumento que “constitui um dos principais fatores de aproximação entre os povos e, conseqüentemente, da manutenção de relações pacíficas” (*apud* Krippendorf 2001, p. 82).

No entanto, em 1980, ao mesmo tempo em que se proclamava que o turismo seria uma força para a paz e o entendimento, as organizações religiosas reunidas na Coalizão Ecumênica do Turismo do Terceiro Mundo denunciavam os danos provocados por essa atividade, dizendo, inclusive,